

PARA ALÉM DAS ARMAS

Pacote de segurança de Lula propõe punição mais dura a ataques a autoridades

ALICE CRAVO, SÉRGIO ROXO E EDUARDO GONÇALVES
@alicedcravo @sergioroxo @eduardogoncalves

AS NOVAS REGRAS

O que mudou com o decreto sobre armas e munições lançado ontem

O pacote de ações na segurança pública lançado ontem pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) foi além das mudanças de normas de acesso às armas, revertendo a política do antecessor Jair Bolsonaro, e de medidas para combater o crime organizado na Amazônia. O presidente anunciou um projeto de lei, a ser analisado pelo Congresso, aumentando a pena por ataques a autoridades e participação em atos contra a democracia ou o Estado de Direito. Outro projeto torna ações violentas em escolas crime hediondo.

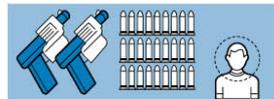
Entre as principais mudanças do novo decreto das armas, estão a limitação na quantidade que pode ser comprada (assim como as munições) por cidadãos comuns, a restrição de calibres específicos que antes eram permitidos, a proibição do funcionamento de clubes de tiro por 24 horas e a obrigação de transporte com a arma descarregada, no caso dos CACs (caçadores, atiradores e colecionadores).

Os projetos que acompanharam o decreto foram lançados uma semana depois de um incidente no Aeroporto de Roma que levou três pessoas a serem investigadas por injúria, desacato e perseguição contra o ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes, responsável pelo inquérito sobre os atos golpistas em Brasília no dia 8 de janeiro. Também foram elaborados na esteira dos ataques contra escolas nos últimos meses, em diferentes estados. No último deles, em Blumenau (SC), quatro crianças foram mortas.

O prefeito de Blumenau, Mário Hildebrandt, participou do anúncio do projeto que torna esses ataques um crime hediondo, ao lado do ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino. O texto prevê que os participantes dessas ações não terão direito a fiança nem a indulto. A progressão de regime da pena é mais lenta e a punição pode chegar a até 30 anos de prisão.

O texto que endurece a punição a ataques a autoridades prevê prisão de 20 a 40 anos para quem atentar contra a vida do presidente e do vice, dos presidentes da Câmara e do Senado, de ministros do STF e do procurador-geral da República. Crimes contra a integridade física e a liberdade destas autoridades seriam punidos com prisão de seis a 12 anos, além da pena correspondente ao ato violento em si.

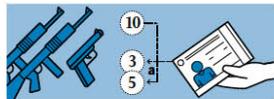
O governo também lançou projetos para punir com prisão de seis a 12 anos quem organizar ou liderar



Defesa pessoal

Como era
Até quatro armas de uso permitido, sem necessidade de comprovação da efetiva necessidade, com possibilidade de ampliação do limite, e até 200 munições por arma por ano

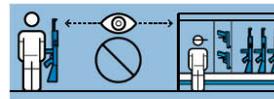
Como ficou
Até duas armas de uso permitido, com comprovação de efetiva necessidade e 50 munições por arma por ano



Validade dos registros da arma de fogo

Como era
10 anos

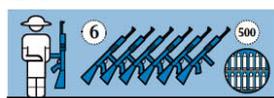
Como ficou
3 a 5 anos, a depender da categoria, e indeterminado para profissionais com direito a uso pela função que exercem



Também foi proibido

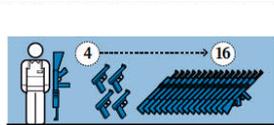
- CACs andarem com a arma muniçada
- Funcionamento de clubes de tiro por 24 horas
- Localização de clubes de tiro a menos de 1 km de escolas

CACs



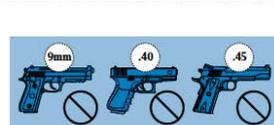
Como era
Permissão para até 30 armas, sendo 15 de uso restrito, com até mil munições por arma de uso restrito por ano e até 5 mil munições por arma de uso permitido

Como ficou
Posse de até seis armas* e até 500 munições por arma por ano, com necessidade de autorização do Ibama.



Colecionadores

O decreto cria três níveis de especialização, de acordo com a quantidade de treinamentos e de participação de competições a cada 12 meses, para permitir a posse entre quatro armas de fogo a 16 armas de fogo de uso permitido



Definição de armas de uso permitido e restrito*

Pistolas 9mm, .40 e .45 voltam a ser de uso restrito; assim como armas longas automáticas de alma lisa (com o interior do cano sem sulcos que aumentem a velocidade de alcance da bala)

*PF e Exército poderão autorizar, em caráter excepcional, a aquisição de até 2 armas de fogo de uso restrito e suas respectivas munições.

Editoria de Arte



"Encerrando um capítulo trágico". Dino e Lula com o novo decreto que regula o uso de armas por cidadãos comuns

movimentos antidemocráticos, e oito a 20 anos para seus financiadores. Hoje, o Código Penal determina reclusão de quatro a oito anos para quem "tentar, com emprego de violência ou grave ameaça, abolir o Estado democrático de Direito, impedindo ou restringindo o exercício dos poderes constitucionais". Também há a previsão de prisão de quatro a 12 anos para quem "tentar depor com violência ou grave ameaça o governo legitimamente constituído".

"PAÍS DESARMADO"

Ao tratar do decreto com novas regras para armas, Lula disse que não há como garantir que o armamento seja vendido "para pessoas honestas", em vez de ir para o crime organizado: —Uma coisa é um cidadão ter uma arma em casa, de

proteção, de garantia, porque tem gente que acha que ter arma em casa é uma segurança. Que a tenha, mas a gente não pode permitir que haja arsenais na mão das pessoas. Já participei de campanha do desarmamento, recolhemos milhares de armas, e agente não tem nenhuma informação de que estão sendo vendidas para pessoas honestas, que só querem se proteger.

Para o presidente, os que precisam estar "bem armados" são as polícias e as Forças Armadas: —A gente não sabe se é o crime organizado que está tendo acesso a essa arma, facilitada pelo comportamento dos governos. A gente vai continuar lutando por um país desarmado.

Lula reforçou que funções de carreira não podem ser partidárias. As polícias fica-

Q "A gente não pode permitir que haja arsenais na mão das pessoas"

Lula, sobre o decreto que muda as normas para as armas do governo Bolsonaro

"O decreto põe fim ao armamentismo irresponsável que o extremismo político semeou nos lares brasileiros. Armas nas mãos certas, e não nas das pessoas que perpetram feminicídio"

Flávio Dino, ministro da Justiça e Segurança Pública

ram marcadas nos últimos anos pelo apoio a Bolsonaro. — Nenhum policial, ninguém que é carreira de Estado, deve favor a presidente da República, a governador. Deve trabalhar para as pessoas que estiverem exercendo o cargo de presidente e governador.

O governo também determinou a "migração progressiva" da prerrogativa de fiscalizar os CACs do Exército para a Polícia Federal. Segundo Dino, permanecerão com o Exército questões envolvendo armas das Forças Armadas e das Forças Auxiliares; o Sistema de Gerenciamento de Armas (Sigma), em se tratando desses armamentos; e fiscalização dessa indústria e comércio exterior.

— É como se o atacado ficasse com o Exército — comparou Dino.

O ministro defendeu o texto como equilibrado:

— Estamos hoje encerrando um capítulo trágico, de trevas, na vida brasileira — afirmou. — O decreto põe fim ao armamentismo irresponsável que o extremismo político semeou nos lares brasileiros. Armas nas mãos certas, e não nas das pessoas que perpetram feminicídio.

O governo anunciou um programa de recompra de armas, que deverá ter orçamento de cerca de R\$ 100 milhões.

— Estamos estudando isso ainda — ressaltou. — Debatesmos longamente o que fazer com o acervo já disponível. O primeiro caminho, mais coercitivo, o outro, de convencimento. Nesse mo-

mento, porque nenhuma política pública é imutável, iremos percorrer o caminho da persuasão por incentivo econômico. No caso, o programa de recompra, e a dificuldade de manutenção dessas armas.

Depois do lançamento, integrantes da chamada bancada da bala no Congresso começaram a articular um projeto de decreto legislativo para sustar o novo decreto. De acordo com o deputado André Fernandes (PL-CE), o texto reúne mais de 50 assinaturas e o apoio da bancada ruralista. O deputado federal Marcos Pollon (PL-MS), fundador da Associação Nacional Movimento Pró-Armas, crítico do decreto em suas redes sociais, mas ponderou que o pacote foi "menos catastrófico do que o confisco" das armas.

PLANO AMAZÔNIA

Lula também assinou um decreto que instituiu o Plano Amazônia: Segurança e Soberania (Amas). O governo prevê um investimento de R\$ 2 bilhões, com recursos do Ministério da Justiça e Segurança Pública e do BNDES, para estruturas e compra de equipamentos pelos estados onde fica o bioma.

O Amas vai implantar 34 bases com policiais federais e estaduais na região. Está previsto o emprego de cerca de 6 mil agentes. Em Manaus, será instalado um centro de cooperação policial internacional para integrar as polícias de outros países da Amazônia. (Colaboraram Gabriel Saboia, de Brasília, e Ivan Martínez-Vargas, de São Paulo)

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Brasil **Página:** 9